

<b>Assunto:</b> Uchoa em lua de mel com Câmara	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 24/04/2015



## Uchoa em lua de mel com Câmara

Após a ameaça de afastamento da presidência da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) fez discurso enaltecendo o governador Paulo Câmara (PSB) e criticando os seus opositores, na abertura da plenária do Todos por Pernambuco, em Timbaúba, ontem. O parlamentar avaliou que o País passa por um momento de crise política e que é preciso união para enfrentar as dificuldades. Uchoa não poupou elogios ao gestor socialista que, segundo ele, possui “habilidade técnica” para “fazer uma gestão igual ou melhor” que a do ex-governador Eduardo Campos. De acordo com Uchoa, não se pode cobrar de um governo de 120 dias, “uma casa ainda em arrumação”.



Jedson Nobre

**“QUEM** apostar na nossa desunião, vai perder”, diz Uchoa

O comandante do Legislativo declarou que é “uma questão de justiça apoiar a administração de Paulo Câmara. Na semana passada, uma liminar concedida pela juíza Mariza Silva Borges determinou o afastamento de Guilherme Uchoa do comando da Assembleia Legislativa.

Coube a Procuradoria Geral do Estado entrar com um recurso. Na segunda-feira, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves, suspendeu a liminar.

“Quem apostar na nossa desunião vai perder. Paulo conhece a máquina pública. Paulo é mais jovem

que Eduardo e tem habilidade. Agora, é uma questão de justiça nossa apoiar esse governo”, avisou. Guilherme Uchoa ainda se posicionou em defesa do gestor socialista diante da greve dos professores. O pedetista afirmou que o momento não é de radicalização e que o aliado cumprirá seus compromissos de campanha.

Com os afagos ao governo, sobram críticas para a oposição. Uchoa classificou a postura dos antagonistas como “mesquinha”. “Não é com agressão e palavras ofensivas que resolve o problema de ninguém. Isso não resolve problema de ninguém. A oposição é mesquinha e pequena. Por isso, está cada vez menor”, bateu.

<b>Assunto: Náutico: Gláuber vive inferno astral nos tribunais</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Esportes</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 1</b>	<b>Data: 24/04/2015</b>



## > NÁUTICO

# Gláuber vive inferno astral nos tribunais

O presidente licenciado do Náutico, Gláuber Vasconcelos, foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 5 mil ao ex-mandatário alvirrubro Paulo Wanderley, em sentença publicada ontem. A ação judicial foi motivada por conta de acusações de fraude feitas pelo atual chefe do executivo timbu, no ano de 2014, à gestão do antecessor. A sentença, dada pelo juiz Carlos Damiano Lessa, também obriga Gláuber a se retratar publicamente nos meios de comunicação, nas mídias do clube e no Conselho Deliberativo.

No início do mandato de Gláuber, o presidente convocou uma entrevista coletiva onde revelou que a antiga gestão do clube, sob o comando de Paulo Wanderley, havia deixado uma dívida de pouco mais de R\$ 14 milhões ao Náutico. Além disso ele revelou que havia assumido o

comando do clube com apenas R\$ 12 mil em caixa.

No último dia 6 de abril, Gláuber Vasconcelos pediu licença do cargo. O presidente alegou questões médicas. A decisão da Justiça entra em vigor a partir do momento em que ele for notificado oficialmente. O presidente alvirrubro, no entanto, ainda pode recorrer da decisão.

Gláuber Vasconcelos também foi punido, ontem, pelo Tribunal de Justiça Desportiva (TJD-PE) com 45 dias de suspensão. O mandatário foi julgado pelas críticas à FPF e ao árbitro Nielson Nogueira após a última derrota do Náutico para o Salgueiro. O clube também terá de pagar uma multa de R\$ 3 mil. Cabe recurso.

Adversário - Em partida decidida nos pênaltis, o Jacuipense/BA bateu o Paraná e enfrentará o Náutico pela Copa do Brasil.

<b>Assunto: Defesa de Uchoa se defende</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 4</b>	<b>Data: 24/04/2015</b>

# jornal do commercio

## **Defesa de Uchoa**

A Procuradoria Geral do Estado derrubou a liminar que afastou Uchoa da presidência. Júlio Oliveira, seu advogado, conta que ainda é preciso recorrer no processo principal, na 2ª Vara da Fazenda Pública.

## **...se defende**

Júlio é ex-presidente da OAB. Aproveita para dizer que sua atuação é técnica, sem motivação política ou vínculo com o movimento A Ordem É Para Todos. Ele ressalta que todo cidadão tem direito a defesa judicial.

<b>Assunto:</b> Protesto marca ato do Todos por PE	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 24/04/2015

jornal do  commercio

# Protesto marca ato do Todos por PE

**GREVE** Professores e alunos da rede estadual realizaram manifestações na passagem de Paulo pela Mata Norte. Governador voltou a cobrar o fim da paralisação na Educação

**E**m sua passagem por Timbaúba, Paulo Câmara (PSB) foi muito festejado por políticos e moradores locais, mas não escapou de críticas. Ao chegar à Escola Técnica Estadual Miguel Arraes para a abertura do Todos por Pernambuco na cidade, o governador foi recepcionado por um grupo de alunos da rede pública estadual que cobravam por melhorias na área de educação. Não demorou e a manifestação foi reforçada por cerca de 200 professores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), que saíram do Recife para protestar contra o socialista. A categoria entrou em greve este mês.

Com exceção de uma professora que conseguiu se aproximar do governador para cobrar mais diálogo, Paulo preferiu não conversar com os manifestantes. Ainda assim, ele disse que estava disposto a retomar as negociações com os docentes desde que a categoria encerre a greve. “Não podemos desrespeitar o movimento, mas ao mesmo tempo



**SINDICATO** Manifestantes ficaram em frente à escola estadual

não podemos rejeitar um decisão da Justiça, que disse que a greve é ilegal. Me prontifico a sentar com os professores tão logo eles encerrem esse movimento. O governo quer dialogar, mas não vai dialogar numa condição dessas, numa situação de ilegalidade. Isso não melhora a educação e a situação financeira do Estado”, declarou.

Coube ao secretário-execu-

tivo da Casa Civil, Marcelo Canuto, conversar com os professores grevistas. Após tomarem conhecimento que Paulo Câmara havia deixado o local das plenárias do Todos por Pernambuco para ir à cidade vizinha de Aliança, os manifestantes bloquearam a PE-82 por alguns minutos e depois fizeram uma passeata no Centro de Timbaúba.

De acordo com o presiden-

te do Sintepe, Fernando Melo, a categoria também está interessada em reabrir as negociações com o governo estadual. Ele colocou como condição para um entendimento entre as partes a eliminação de quaisquer punição da administração socialista aos docentes grevistas. “Nós estamos abertos ao diálogo, mas o governo tem que acabar com a repressão e com as intimidações”, falou.

O presidente do Sintepe também criticou a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) de aumentar de R\$ 30 mil para R\$ 80 mil a multa ao sindicato por conta da greve. “Entramos em greve em uma assembleia e só vamos sair da greve em outra assembleia e não por pressão do Judiciário”, falou, destacando que espera encontrar um entendimento com o governo estadual até a próxima segunda-feira. (F.B).

 **Mais na web**

Veja vídeo com os protestos em [www.jconline.com.br/politica](http://www.jconline.com.br/politica)

<b>Assunto:</b> Duplamente condenado	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Esportes	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 24/04/2015

**jornal do  commercio**

# Duplamente condenado

**NÁUTICO** Glauber Vasconcelos sofre derrotas na Justiça Comum e na Desportiva



Bobby Fabisak/JC Imagem

**MAIS DERROTAS** Glauber Vasconcelos foi condenado na Justiça Comum e na Desportiva por acusações sem provas

O presidente licenciado do Náutico, Glauber Vasconcelos, sofreu duas derrotas ontem nas Justiças Comum e Desportiva. Na primeira, o ex-presidente Paulo Wanderley ganhou ação por danos morais, em sentença dada pelo juiz Carlos Damião Lessa, da 10ª Vara Cível da Capital, que obriga Glauber a se retratar publicamente no site oficial do clube, nos meios de comunicação, twitter e facebook do clube e no Conselho Deliberativo por ter feito acusações de fraude e locupletamento à gestão anterior – além de pagar indenização de R\$ 5 mil, as custas e honorários advocatícios. Na segunda derrota, no Tribunal de Justiça Desportiva, ele foi julgado pela 1ª Comissão Disciplinar e suspenso por 45 dias – o clube ainda terá de pagar multa de R\$ 3 mil, devido às declarações dadas após o jogo contra o Salgueiro, no último dia 5, quando o Timbu foi eliminado do Estadual.

Nos dois casos, Glauber Vasconcelos não compareceu para se defender. Mesmo assim, pode recorrer das duas decisões.

Sobre a decisão na Justiça Comum, Paulo Wanderley mostrou-se aliviado: “A justiça foi feita. Ele (Glauber) não poderia ter sido leviano e irresponsável em fazer acusações sem provas. Portanto, eu não poderia aceitar. A Justiça está corrigindo as inverdades que foram ditas por ele contra a minha pessoa e a minha gestão. O juiz mostrou isso na sua decisão”, declarou.

Procurado pela reportagem, Glauber Vasconcelos não atendeu as ligações telefônicas.

A briga política no clube começou nas eleições de dezembro de 2013. O então candidato de oposição Glauber, do Movimento Transparência Alvirubra (MTA), ao ser eleito não poupou a administração de Paulo. Numa entrevista coletiva, em feverei-

ro de 2014, afirmou que o ex-presidente deixou “um débito de R\$ 14 milhões para o clube.” E ainda revelou que assumiu com apenas “R\$ 12 mil em caixa.”

Depois, anunciou uma auditoria.

Mas, em setembro, em outra entrevista, adiantou que os dados não foram conclusivos sobre as finanças do clube e disparou. “A única coisa que comprovamos nessa auditoria é que o Náutico é um clube, no mínimo, desorganizado.” Uma alusão, segundo ele, à falta de documentação.

### FABIANO ELLER

O zagueiro Fabiano Eller, ex-Red Bull-SP, que chegaria amanhã, antecipou a sua vinda e hoje à tarde estará no CT Wilson Campos. O atacante Douglas, do Juventude-RS, também é aguardado, mas o horário não foi definido. Outro que vem do clube gaúcho é o meia-atacante Rogerinho, de 24 anos. uma indicação do técnico

Lisca.

O Náutico conheceu ontem o seu adversário na 2ª fase da Copa do Brasil: o Jacuípense-BA, que bateu o Paraná, por 5x4, nos pênaltis, após vencer por 1x0 no tempo normal.

---

Nos dois casos,  
Glauber não se  
defendeu. Mesmo  
assim, pode recorrer  
das duas decisões.

---

### Mais na web

Veja vídeo da visita de Derley ao clube no [www.jconline.com.br/esportes](http://www.jconline.com.br/esportes)

### Torpedos SMS

Envie **JCAU** para **50005** para receber notícias sobre o Náutico \*(Custo 0,10 + imposto por mensagem)

<b>Assunto:</b> Mais 45 dias fora	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Super Esportes	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> a10	<b>Data:</b> 24/04/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

PAULO PAIVA/DP/D.A PRESS



Glauber corria o risco de pegar uma pena de 180 dias

# Mais 45 dias fora

**Presidente licenciado Glauber Vasconcelos foi punido por causa das críticas que fez à arbitragem e ao Estadual**

**JOÃO DE ANDRADE NETO**  
joaoneto.pe@dabr.com.br

**A**fastado do comando do Náutico desde o último dia 6, quando pediu licença médica, o presidente Glauber Vasconcelos passará mais um período longe das suas funções no clube. Ontem à noite, o dirigente foi punido com 45 dias de suspensão pelo Tribunal de Justiça Desportiva de Pernambuco (TJD-PE) pelas críticas feitas ao árbitro Niélson Nogueira Dias e ao próprio Campeonato Pernambucano, após a derrota por 4 a 1 para o Salgueiro e a eliminação do Timbu, ainda no hexagonal do segundo turno.

Além da punição ao dirigente, o Náutico também terá que pagar uma multa de R\$ 3 mil. Já o técnico Lisca recebeu dois jogos de suspensão. Mas só cumprirá a pena em competições estaduais, ficando, assim, livre para comandar o Timbu na Copa do Brasil e na Série B.

Vale lembrar que a punição de 45 dias só passa a valer após a sua publicação. O

que deve ocorrer hoje. Com isso, os dias já tirados de licença do cargo por Glauber não servem para "abater" da pena. Dessa forma, o dirigente ficará sem poder comandar o clube até o dia 8 de junho. Nesse período, o vice, Gustavo Ventura, segue ocupando o cargo.

## Revés



Além da derrota na esfera desportiva, o presidente do Náutico também sofreu uma derrota na Justiça Comum. Ontem, o ex-mandatário alvirrubro, Paulo Wanderley, ganhou uma ação por danos morais impetrada contra Glauber Vasconcelos pelas acusações feitas pelo dirigente à ex-gestão do clube. Entre elas, a de ter recebido o Náutico com uma dívida de R\$ 14 milhões e de falta de documentos que impediram a conclusão da auditoria contratada para analisar as finanças do clube. Com a punição, Glauber terá que se retratar publicamente nos órgãos de imprensa do estado e nos meios de comunicação do clube, além do Conselho Deliberativo, e pagar uma indenização de R\$ 5 mil a Paulo Wanderley. "O sentimento é de justiça feita. Ele falou tudo o que falou sem conseguir provar nada", afirmou Wanderley. O atual presidente alvirrubro já informou que irá recorrer da decisão.

<b>Assunto: Roupas são penhoradas por dívidas</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: b9</b>	<b>Data: 24/04/2015</b>

## **DIÁRIO** de **PERNAMBUCO**

FACEBOOK/REPRODUÇÃO DA INTERNET



**Mercadoria está apreendida no depósito da Fazenda**

**Roupas são  
penhoradas  
por dívida**

**C**erca de R\$ 700 mil em roupas da multimasas Musa Maison foram embargadas e levadas para o depósito público da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-PE) na tarde de ontem. A penhora ocorreu em cumprimento à ordem judicial expedida pela juíza Maria Eliane Cabral Campos Carvalho, que se refere-se a duas execuções fiscais, cujos valores correspondem a R\$ 624,2 mil e R\$ 60 mil. Os débitos foram criados pelo não pagamento do ICMS das mercadorias da loja em 2013.

Segundo o procurador-chefe da Fazenda, Rafael Amorim, a Musa Maison foi citada nas duas execuções, mas não pagou nem demonstrou interesse em liquidar a dívida. "Caso a empresa não regularize os débitos, os bens penhorados serão levados a leilão, em data a ser designada pelo poder judiciário. Acompanhamos a ação para garantir a ordem judicial, mas não houve resistência. Esperamos agora que os proprietários da Musa regularizem seus débitos tributários em aberto e que a penhora sirva de alerta para outros contribuintes devedores", afirma.

Ele explica que as merca-

dorias, todas peças de vestuário feminino de alta costura, só serão devolvidas caso a proprietária da loja ofereça outros bens para penhora ou quite o débito. Ao todo, a Musa Maison deve aos cofres da Sefaz mais de R\$ 4 milhões de ICMS divididos em 17 execuções fiscais diferentes. Procurada pela reportagem do *Diário de Pernambuco*, a proprietária da loja não atendeu o celular.

No próximo mês, outras 11 empresas devedoras do fisco que também pertencem ao segmento de tecidos e vestuário, sofrerão ação semelhante. O setor representa uma arrecadação mensal média de R\$ 50 milhões/mês. De acordo com o gerente do segmento da diretoria de Planejamento e Ação Fiscal da Sefaz-PE, Edson Lustosa, as penhoras continuarão ocorrendo até os devedores compareçam espontaneamente à Sefaz.

“

***Caso a empresa não regularize os débitos, os bens penhorados serão levados a leilão, em data a ser designada pelo poder judiciário”***

■ Rafael Amorim, procurador-chefe da Secretaria da Fazenda

Secretaria da Fazenda embargou R\$ 700 mil em mercadorias da Musa Maison, atendendo a duas execuções fiscais pelo não pagamento do ICMS de mercadorias

<b>Assunto: Escândalo na high society? Estado promove penhora de mercadorias em loja de bacanas</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 24/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



esquecimento

## **Escândalo na high society? Estado promove penhora de mercadorias em loja de bacanas**

Sem alarde, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) promoveu, nesta quinta, em conjunto com a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-PE), operação especial de penhora de mercadorias na Musa Maison Ltda, que deve ao Estado de Pernambuco mais de R\$ 4 milhões em débitos fiscais de ICMS.

A penhora ocorre em cumprimento à ordem judicial expedida pela juíza Maria Eliane Cabral Campos Carvalho, interina na 2ª Vara de Executivo Fiscal Estadual.

A decisão judicial refere-se a duas execuções fiscais, cujos valores correspondem a R\$ 624,2 mil e R\$ 60 mil, inscritos na Dívida Ativa do Estado em 2013.

De acordo com o procurador-chefe da Fazenda, Rafael Amorim, a Musa Maison foi citada nas duas execuções, mas não pagou nem demonstrou interesse em liquidar a dívida.

“Caso a empresa não regularize os débitos, os bens penhorados serão levados a leilão, em data a ser designada pelo poder judiciário. O Estado de Pernambuco espera que a Musa Maison Ltda. regularize todos os débitos tributários em aberto e que a operação também sirva de alerta a outros contribuintes devedores”.

A empresa, que comercializa vestuário feminino de alta costura, enfrenta judicialmente outras 17 execuções fiscais.

Em maio, outras 11 empresas devedoras, também pertencentes ao segmento de tecidos, sofrerão ação fiscal semelhante a esta. O segmento representa uma arrecadação mensal média de R\$ 50 milhões/mês.

“Esse trabalho conjunto com a PGE tem sido fundamental para a recuperação desses débitos. Queremos mostrar que estamos em cima dos devedores contumazes do Estado, que também podem comparecer espontaneamente à Sefaz para quitar suas dívidas”, diz o gerente do Segmento de Tecidos da Diretoria de Planejamento e Controle da Ação Fiscal da Sefaz-PE, Edson Lustosa.

A operação de hoje foi realizada por dois procuradores do Estado, sob a coordenação da chefia, com o apoio de 11 auditores da Fazenda Estadual, duas oficiais de justiça, além de policiais militares.

A operação começou de manhã e aconteceu nos dois endereços: Jaqueira (Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 646) e Boa Viagem (Av. Conselheiro Aguiar, 1472 lojas 12/14/15/31/32).

<b>Assunto: Greve dos professores: TJPE aumenta multa e alunos recebem Paulo Câmara com protesto em Timbaúba</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 24/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



80 mil

## Greve dos professores: TJPE aumenta multa e alunos recebem Paulo Câmara com protesto em Timbaúba



*Em solidariedade à greve dos professores, alunos da rede estadual protestaram na chegada de Paulo Câmara ao Todos por Pernambuco. Foto: Jornal do Commercio.*

Em função do descumprimento da determinação judicial de retornar ao trabalho, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu aumentar de R\$ 30 mil para R\$ 80 mil a multa diária aplicada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe).

De acordo com o presidente do Sintepe, Fernando Melo, o sindicato ainda não foi notificado. No entanto, será mantida a programação das atividades previstas para esta semana. A decisão foi divulgada nessa quarta-feira (22) e a categoria tem até esta sexta-feira (24) para recorrer da decisão.

Os próximos passos do movimento serão analisados em nova assembleia da categoria, que está marcada para acontecer na próxima segunda-feira (27) às 14h, na sede do Clube Português.

A decisão foi um requerimento do Governo do Estado, que queria que a multa passasse de R\$30 mil para R\$100 mil.

Nesta quinta-feira (23), estudantes da rede estadual de ensino receberam o governador Paulo Câmara (PSB) em Timbaúba, na Zona da Mata de Pernambuco, com um protesto a favor da greve dos professores.

O ato acontece em frente da Escola Técnica Miguel Arraes de Alencar, onde o governador abre o seminário Todos por Pernambuco, programa criado na gestão Eduardo Campos com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação com a sociedade.

Em entrevista ao Jornal do Commercio, o secretário de Educação de Pernambuco, Frederico Amâncio, disse que os alunos deveriam estar em sala de aula e não no protesto. Paulo Câmara ignorou a manifestação.

<b>Assunto: Semana Nacional do Júri – Menção ao número de sessões realizadas pelo TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> CNJ	<b>Data:</b> 24/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Ceará realiza 220 sessões de julgamento durante Semana Nacional do Júri**



Das 335 sessões de júri popular agendadas para a II Semana Nacional do Júri, o Ceará realizou 220 julgamentos. O dado corresponde a 65,7% de efetividade. Esse foi o balanço final divulgado na segunda-feira (20/4) pela desembargadora Adelineide Viana, coordenadora da força-tarefa no estado e gestora de metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

Das sessões realizadas, 146 (66,4%) resultaram em condenações e 58 (26,4%) em absolvições. Outras 16 (7,3%) foram desclassificadas, situações em que o juiz considera que o crime não pode ser apreciado pelo Tribunal do Júri. As 115 sessões restantes foram adiadas por diversos motivos, como o não comparecimento das partes, falta de defensor público, entre outros.

Em Fortaleza, foram realizadas 23 sessões. A 2ª Vara do Júri foi a que promoveu a maior quantidade julgamentos (8). Entre as comarcas do interior, Crato e Baturité foram as que mais realizaram sessões, com oito júris cada uma. Em segundo lugar, ficaram as comarcas de Cedro e Morada Nova, com seis júris cada.

Sucesso - Para a desembargadora Adelineide Viana, a força-tarefa foi um sucesso. “Os resultados obtidos refletem o comprometimento do Judiciário cearense com a efetividade e correta distribuição da Justiça”, avaliou.

Em 2014, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi o segundo tribunal do País a julgar mais processos de crimes contra a vida, em números absolutos. Entre 17 e 21 de março do ano passado, o Poder Judiciário cearense promoveu 210 sessões, incluindo aquelas em que houve a desclassificação do crime. **O TJCE ficou atrás somente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com 352 julgamentos.**

Semana do Júri - Realizada de 13 a 17 de abril de 2015, a II Semana Nacional do Júri é uma iniciativa do comitê gestor da Enasp, integrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Ministério da Justiça (MJ).

O objetivo é julgar a maior quantidade possível de processos de crimes dolosos (cometidos com intenção) contra a vida, especialmente os praticados há pelo menos cinco anos, com denúncia recebida até 31 de dezembro de 2009. De acordo com dados do CNJ, em 2014 a Justiça levou a júri popular 17.348 processos relativos a crimes do Tribunal do Júri com denúncia apresentada até esta data.

Fonte: TJCE

<b>Assunto: MPPE acusa Prefeitura de 'esconder' lista de imóveis a serem protegidos</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 24/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO  NORDESTE

## **MPPE acusa Prefeitura de 'esconder' lista de imóveis a serem protegidos**

*Desde 2014, Justiça obrigou gestão do Recife a mostrar relação a promotor. Governo afirma que existe apenas uma pré-seleção, sem efeito legal.*

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) denuncia que a Prefeitura do Recife (PCR) está descumprindo uma determinação judicial, emitida há cinco meses, para informar ao órgão quais são os 415 imóveis históricos da cidade que devem ser transformados em Imóveis de Especiais de Preservação (IEP). De acordo com o MPPE, o levantamento dos imóveis dotados de valor histórico e cultural já foi concluído pelo governo municipal e a proteção deles depende de ato administrativo para evitar a ruína ou demolição.

O promotor Ricardo Coelho ingressou na Justiça, em novembro de 2014, com Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a Prefeitura do Recife a proteger 415 imóveis históricos da cidade. O processo foi distribuído em 4 de novembro para a 7ª Vara da Fazenda Pública, cujo titular na época era o juiz Airton Mozart Valadares Vieira Pires. Em 24 de novembro, o juiz decidiu que a PCR tinha que entregar ao MPPE, em cinco dias, a lista desses imóveis, com informações pertinentes -- proprietários e processos perante órgãos técnicos municipais. A pena pelo descumprimento seria uma multa diária de R\$ 5 mil.

O promotor afirmou que até hoje não recebeu a lista e já entrou com liminar para a multa começar a ser cobrada. No entanto, esse pedido ainda não foi analisado pela Justiça. "Enquanto isso, esses imóveis estão sem qualquer proteção legal, ameaçados pela especulação imobiliária ou abandono", criticou.

Na ACP, o promotor pediu também a proteção provisória desses imóveis enquanto o processo administrativo se arrasta, mas o juiz negou. Assim, ele ingressou com agravo de instrumento, na segunda instância, no dia 24 de fevereiro, para tentar modificar a decisão. Esse recurso não foi apreciado ainda.

Em nota ao G1, a Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife informou que protocolou petição, em 9 de fevereiro, junto à 7ª Vara da Fazenda Pública Municipal, esclarecendo que a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPCC) encontra-se analisando alguns imóveis com potencialidade para serem definidos como Imóveis Especial de Preservação (IEP), inclusive com a atualização dos dados necessários, para a formulação de um estudo técnico conclusivo.

A secretaria apontou que "a relação desses imóveis representa apenas uma pré-seleção, sendo, portanto, inconclusiva para qualquer efeito legal". O órgão explicou que, somente após a instauração de processo administrativo e da homologação pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), como determina a lei, é que um imóvel pode ser classificado como IEP. Por fim, ainda afirmou que vai observar os trâmites previstos em lei para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural do município.

O G1 também procurou o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), mas foi informado que o processo corre em segredo de Justiça.

<b>Assunto: Governo garante retomar diálogo com professores após fim da greve</b>	
<b>Veículo: JOnline</b>	<b>Data: 24/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Governo garante retomar diálogo com professores após fim da greve

*Categoria pede à administração para ser menos repressiva*



Paulo diz que greve pune alunos da rede pública, mas sofre críticas de estudantes e professores

Governo do Estado/Divulgação

Em sua passagem por Timbaúba, Paulo Câmara (PSB) foi muito festejado por políticos e moradores locais, mas não escapou de críticas. Ao chegar à Escola Técnica Estadual Miguel Arraes para a abertura do Todos por Pernambuco na cidade, o governador foi recepcionado por um grupo de alunos da rede pública estadual que cobravam por melhorias na área de educação. Não demorou e a manifestação foi reforçada por cerca de 200 professores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), que saíram do Recife para protestar contra o socialista. A categoria entrou em greve este mês.

Com exceção de uma professora que conseguiu se aproximar do governador para cobrar por mais diálogo, Paulo preferiu não conversar com os manifestantes. Ainda assim, ele disse que estava disposto a retomar as negociações com os docentes desde que a categoria encerre a greve. “Não podemos desrespeitar o movimento, mas ao mesmo tempo não podemos rejeitar uma decisão da Justiça, que disse que a greve é ilegal. Me prontifico a sentar com os professores tão logo eles encerrem esse movimento. O governo quer dialogar, mas não vai dialogar numa condição dessas, numa situação de ilegalidade. Isso não melhora a educação e a situação financeira do Estado”, declarou.

Coube ao secretário-executivo da Casa Civil, Marcelo Canuto, conversar com os professores grevistas. Após tomarem conhecimento que Paulo Câmara havia deixado o local das plenárias do Todos por Pernambuco para ir à cidade vizinha de Aliança, os manifestantes bloquearam a PE-82 por alguns minutos e depois fizeram uma passeata no centro de Timbaúba.

De acordo com o presidente do Sintepe, Fernando Melo, a categoria também está interessada em reabrir as negociações com o governo estadual. Ele colocou como condições para um entendimento entre as partes a eliminação de quaisquer punições da administração socialista aos docentes grevistas. “Nós estamos abertos ao dialogo, mas o governo tem que acabar com a repressão e com as intimidações”, falou.

O presidente do Sintepe também criticou a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) de aumentar de R\$ 30 mil para R\$ 80 mil a multa ao sindicato por conta da greve. “Entramos em greve em uma assembleia e só vamos sair da greve em outra assembleia e não por pressão do Judiciário”, falou, destacando que espera encontrar um entendimento com o governo estadual até a próxima segunda-feira.